

# SER JUSTO COM JACOB GORENDER E CIRO F. S. CARDOSO: A ATUALIDADE DA DETERMINAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO

João Pedro Passos de Barros Borges

**RESUMO:** Busca-se através do presente trabalho demonstrar como a compreensão e o debate historiográfico ainda prescindem da importância de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, na descoberta de ambos, do modo de produção específico na colônia. Assim, procura-se apresentar de que forma a atualidade, elencando os trabalhos que denotam sua importância ou que discordam dos autores. De modo que assim é possível apresentar a atualidade dos autores como também defender a primazia das relações sociais através de um entendimento de história econômica que parta da conceitualização de modo de produção.

**Palavras-chave:** História Econômica; Escravidão Colonial; Jacob Gorender; Ciro F. S. Cardoso.

## Introdução

O presente artigo procura delimitar onde e como o debate sobre o escravidão colonial permaneceu articulado ao conceito de modo de produção. De modo que, para isso, foi buscada as influências mais abrangentes e os debates mais comuns a respeito dos autores. Assim, busca-se resgatar dentro do debate sobre a formação econômica brasileira a importância da compreensão da determinação do modo de produção, como também apresentar os usos e desusos dos autores.

Compreendendo que o pioneirismo dos intérpretes do Brasil não foi capaz de mobilizar uma reflexão marxista que alcançasse algo próximo daquilo que foi estabelecido no *O Capital*, ou seja, mais do que tratar a historiografia a partir da luta de classes, compreender os elementos estruturais e as relações sociais que antecedem a luta de classes. Porém, a tradição marxista brasileira pouco foi influenciada pelas leituras que mobilizassem o modo de produção, pelo contrário, foram abertamente influenciadas pelas revoluções dos partidos comunistas ao redor do globo e assim, por suas leituras. Este pioneirismo é marcado pela obra de Caio Prado Jr., no debate proposto, especificamente duas obras: *Formação social do Brasil contemporâneo* (1965) e *História econômica do Brasil* (1967), os quais Prado Jr. aponta como há uma predominância nas relações sociais e características macroeconômicas brasileiras em sentido que corrobora para a acumulação exógena, seja para a colônia, seja para o capitalismo monopolista e essa subordinação da burguesia brasileira configura um sentido histórico: o *sentido da colonização*.

Logo, as referências e parâmetros da recepção de Marx são condicionadas por leituras que partem dos conceitos de alienação, reificação, hegemonia, exploração do trabalho, luta de classes; termos esses, que prevalecem na leitura do Jovem Marx e dos chamados marxistas ocidentais.

A consolidação da tradição marxista no Brasil, assim como as leituras de outras vertentes teóricas, por um lado, deram maior ênfase aos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso e a ideia de “brecha

camponesa”, desarticulando o autor de sua proposta de modo de produção. Por outro lado, Jacob Gorender foi deixado de lado nos debates sobre a formação econômica. Assim, o presente texto procura mapear e debater a atualidade deles.

### **O que os historiadores devem a Ciro F. S. Cardoso?**

Com a morte de Ciro Flamarion Cardoso, diversos daqueles que foram seus orientandos publicaram artigos e textos tanto no Brasil quanto no exterior em sua homenagem. Não é para menos, Cardoso foi um intelectual plural, com enormes contribuições para as temporalidades recuadas, teoria e pesquisa em história, sendo um pilar fundamental para a interpretação do trabalho e da economia na América Latina, como também um norte a todos aqueles que buscam compreender qualquer sociedade pré-capitalista. Nessas diversas homenagens, aqueles que foram antigos orientandos, professores universitários de várias universidades, demonstram a importância e a vastidão intelectual de Cardoso para a compreensão da História enquanto ciência e da luta de classes, pela articulação entre a escola dos Annales e da tradição marxista, tendo se destacado pela contribuição para pensar a história econômica. De modo que Fábio Frizzo (2014) demonstra o tamanho da importância do pensamento do autor e sua influência na ampliação dos cursos de pós-graduação:

A partir de um levantamento rápido, é possível constatar que o Prof. Ciro Cardoso orientou, seja no mestrado ou no doutorado, mais de 15 profissionais que atualmente ocupam os cargos de professores de História Antiga nas Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Se reduzirmos a escala espacial de análise para o Estado do Rio de Janeiro, nove dos 14 professores de História Antiga em atividade tiveram orientação de Cardoso em algum momento. Ou seja, um total de 64%. Num passado recente, esta cifra chegou a ser de 78% (11 de 14), reduzindo-se em razão de aposentadorias. Todavia, muitos destes postos acabaram ocupados por orientandos de seus orientandos, o que, de alguma maneira, mantém sua herança intelectual viva. (FRIZZO, Fábio. 2014. p. 2).

Com tamanho impacto teórico no Brasil, Costa Rica e outros países, sua conceitualização permaneceu nas obras brasileiras. Contudo, percebe-se que há uma articulação seletiva das categorias mobilizadas pelo autor a fim de, no caso da História do Brasil Colonial e, em dada medida, Imperial, não recorrer a ideia de modo de produção, somente referindo-se ao debate do autor a partir de “brecha camponesa”. Elaboração teórica que, mesmo sendo fundamental, esboça o apagamento da tradição marxista nas citações referentes a Cardoso.

Um exemplo desse uso é o texto *Negociação e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista* de João José Reis e Eduardo Silva, que ao trabalhar brecha camponesa no capítulo *A função ideológica da brecha camponesa*, elabora o papel consuetudinário da brecha camponesa para a manutenção das relações escravistas o que é pontuado pelos autores. Porém, ignoram que Ciro

Cardoso em *Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas américas* descreve que o debate sobre a brecha camponesa tem como função combater a ideia de um capitalismo perene no século XVI. Deste modo, as relações mercantis teriam outra natureza, que não a busca do lucro, destacando o contexto de debate, do qual está paralelo às suas proposições, que é o desenvolvimento da teoria da dependência. Essa leitura incorre na invisibilização de parte dos argumentos que Cardoso põe em evidência sobre a brecha camponesa, pois para além da constatação de que há relações de consentimento e ideologia para a sustentação do escravismo, os autores pontuam que isso está em todo regime econômico-social. No entanto, é necessário para não incorrer em desonestidade com o texto referido, destacar que os autores mencionam a sugestão de que os custos do escravizado são reduzidos com o trabalho que ele exerce, embora que o apagamento seja relacionado ao argumento que articula a brecha camponesa e ao escravismo colonial, ao passo que com a colônia sendo uma estrutura dependente com dinâmicas próprias, a brecha camponesa seria uma manifestação de superexploração do escravizado.

Assim, pode-se argumentar que, pelo enfoque do texto, surge a necessidade de apontar os traços de negociação, porém essa não é uma exclusividade destes autores e sim de grande parte das referências a esta obra do Cardoso, de modo que a teorização do escravismo colonial e da articulação com a teoria da dependência são apagadas do resto da obra. Assim, a memória de Cardoso permanece, porém questiona-se se o mesmo é feito com a grandiosidade de suas descobertas, pois mesmo que no texto os autores pontuam que o termo brecha camponesa é de Tadeusz Lepkowski, as citações se referem a obra de Cardoso.

Por conseguinte, determinados balanços sobre a obra de Cardoso o afastam de Gorender a partir do debate entre ambos sobre o papel do escravizado para o mercado interno. De tal maneira, que autores como João Fragoso e Manolo Florentino (orientados de Cardoso) apontaram aproximações de Gorender com a tradição do “sentido da colonização” – tradição que inicia em Caio Prado Jr. e prossegue com Celso Furtado e Fernando Novais –, ao afirmar que ele muda o foco do processo de produção para a circulação de bens e assim, “o escravismo não geraria um mercado interno compatível com a realização da produção mercantilizada mais ampla.” (FRAGOSO; FLORENTINO. 2001. p.22), supostamente reproduzindo para os autores (Fragoso e Florentino) as ideias de Celso Furtado sobre o assunto. Assim, os autores concluem a tese apontando para uma acumulação interna e estruturas não capitalistas no Brasil e sua relação com Portugal, furtando-se de um possível avanço na identificação do modo de produção, que está ausente no desenvolvimento e conclusão do texto. Isto implica, em dada medida, que aquilo que é apresentado como “síntese” das correntes, reduz a categoria de modo de produção como sinônimo de mercado interno, o que nega a gama de debates e relações sobre dependentismo e escravismo colonial e alude a esfera teórica da hegemonia (Gramsci) comercial de fidalgos-mercadores como saída teórica para o impasse: “O

cenário assim montado indica não apenas um capital mercantil hegemônico, mas também a existência de mecanismos que garantiram a permanência desta hegemonia.” (FRAGOSO; FLORENTINO. 2001. p.104).

Para além dos orientandos, há outro artigo que tenta afastá-lo do conceito de modo de produção, intitulado: *Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da brecha camponesa* (2013), que traz uma suposta evolução epistemológica na obra do autor, cujo ápice seria *Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas américas* que revelaria um amadurecimento que necessitaria do rompimento com formulação de modo de produção. Assim, o distanciamento dele com Gorender supostamente desvelou o papel periférico que tal ideia exerceria sobre sua obra. Entretanto, a formação de um mercado interno e das brechas camponesas a partir do papel dependente que o modo de produção escravista possui na formação capitalista é parte da centralidade das reflexões que ele traz.

Portanto, pontuam-se as críticas de Cardoso ao livro de Fernando Novais intitulado *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (2019), no qual Cardoso considera que há um vínculo entre a acumulação primitiva e a formação capitalista. No entanto, Cardoso afirma que Novais carece de fontes sobre o trabalho na América e isso explicaria afirmações inexatas sobre as características endógenas da formação brasileira. Por conseguinte, aponta em resumo que “é impossível reduzir as estruturas profundas das áreas coloniais da América a simples corolários ou resultados da ação de uma gigantesca máquina para chupar excedente” (LAPPA. 1980. p. 131).

Pôr logo, a proposição de manifestações de uma economia autônoma não visa negar o caráter dependente, mas sim estudar as relações sociais próprias na América. É a partir disso que a “brecha camponesa” surge. Diferente da provocação de Garcia e Bastos (2013) visando dividir Ciro F. S. Cardoso em dois, sendo o primeiro aquele que estuda o trabalho dos povos da América e o outro que pensou o modo de produção escravista nas Américas, Ciro Cardoso no livro *Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas américas* – livro este que para as autoras é o ápice da maturidade intelectual do autor – afirma dentro das hipóteses, comprovadas a posteriori, que a “brecha camponesa” faz parte da exploração do trabalho a partir da integração no mercado mundial, não se caracterizando como um elemento apartado de uma totalidade estruturada:

2) No tocante, principalmente, às colônias bem integradas ao mercado mundial como exportadoras de produtos primários, outras características tendenciais do sistema escravista atuam, porém, em sentido contrário ao indicado acima: falamos da maximização da exploração dos escravos, sobretudo nas épocas de colheita e elaboração de produtos, e da concentração maciça dos fatores de produção na agricultura comercial de exportação, em detrimento das atividades de subsistência. Na prática, isto se refletia no avanço dos senhores sobre o tempo, em princípio, concedidos aos escravos para suas atividades autônomas. (CARDOSO, Ciro. 1987. p.59).

Isto ocorre, pois a maneira como utiliza a brecha camponesa está diretamente ligada às pesquisas elaboradas nos diferentes caribes e a suposição de que o capitalismo se formou a partir de diferentes modos de produção intermediários, cuja latinidade seria dependente das formações europeias. Portanto, recorre-se a outro trecho do livro: *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*:

O desenvolvimento do debate, pondo-nos em contato com maior número de textos e autores, a partir de 1974 e até aproximadamente 1979 (quando nos afastamos de uma polêmica retórica, aliás já muito arrefecida), permitiu-nos perceber que o adversário principal, na década passada, já não era o marxismo dogmático. Tratava-se, isto sim, da concepção de capitalismo que, fazendo das estruturas internas da América Latina e do Caribe, em especial, simples projeções de corolários do impacto de elementos ou influxos cuja racionalidade básica se situaria fora daquelas regiões, levava à afirmação clara ou implícita de que suas sociedades não eram formações econômico-sociais diferenciadas e autônomas. Daí que, em nossas últimas intervenções no debate, nos concentrássemos de preferência na crítica a tal concepção. Isto porque ela nos parecia ter certas consequências nefastas – em especial a não-consideração das estruturas e contradições internas inerentes às sociedades coloniais. Era patente, por exemplo, a ausência de análises que levassem em conta fatores como as forças produtivas e as lutas de classes. De certo modo, como já percebíamos em 1974, nossa postura naquele debate era paralela à assumida pela chamada teoria da dependência desde 1967 (e da qual tomáramos conhecimento em 1968). (CARDOSO, Ciro. p. 1987. 33-34).

Assim sendo, o destaque foi a elaboração de Ciro F. S. Cardoso no que condiz a sua condição subjetiva em meio a estrutura do modo de produção, suscitou um conjunto de problemáticas e debates entre ele e Jacob Gorender. Ora, pois aqueles que vieram a dar atenção a esse debate, que se insere pela noção de brecha camponesa, pensaram que pelas brechas nas intersecções necessárias ao sistema escravista, o escravizado poderia constituir um laço de igualdade jurídica – próprio das relações capitalistas – e assim a sustentação de um escravismo colonial e da brecha camponesa seria contraproducentes por se tratar de uma pluralidade das formas de trabalho. Apesar disso, cabe ressaltar que Cardoso pontua que seu debate com Gorender se faz por considerar que há um erro na identificação do que é um modo de produção, não a negação ou afastamento desta, pode-se observar isso em *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*:

A segunda crítica que Gorender faz ao nosso artigo mostra, antes de mais nada, sua incompreensão do sentido que damos à expressão “brecha camponesa no sistema escravista”. Por “brecha” não entendemos, de forma alguma, um elemento que pusesse em perigo, mudasse drasticamente ou diminuísse o sistema escravista. A analogia com uma brecha na muralha de uma fortaleza assediada seria totalmente equivocado. O que queremos significar – e cremos que Lepowski, ao criar a expressão – é uma brecha para o escravo, como se diria hoje “um espaço”, situado sem dúvida dentro do sistema, mas abrindo possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos. Dizer que não havia diferença, que as mesmas relações de produção prevaleciam nos canaviais e nas parcelas dos escravos só revela, em nossa opinião, uma profunda ignorância de como funcionava a “brecha camponesa”, do sentido que tinha e do próprio conteúdo das fontes mais detalhadas a respeito; revela, também, uma visão dogmática e rígida do que são um modo de produção e uma formação econômico-social como conceitos e como objetos históricos. (CARDOSO, Ciro. p. 1987. 121-122).

## Quem tem medo de Jacob Gorender?

Jacob Gorender foi um brilhante intelectual marxista, que teve seu reconhecimento posto por diversos autores e na mesma intensidade que propôs grandes contribuições para pensar o Brasil, teve uma polêmica trajetória e crítica dentro do marxismo brasileiro, em especial, no Partido Comunista Brasileiro. A princípio, tal qual a interpretação pioneira Caio Prado Jr. o entendimento colonial trago pelo autor é uma afronta ao entendimento teleológico do PCB – influenciado pelas revoluções comunistas pelo mundo – que levou a alianças com o varguismo para o desenvolvimento capitalista e ao comum imaginário do partido de que o Brasil era uma sociedade feudal. Assim, Gorender é desde o primeiro momento, uma ruptura no pensamento da ciência marxista, pois a afirmação de um outro modo de produção, unicamente posto na América, é uma revolução copernicana (MAESTRI. 2005).

Contudo, o autor foi tratado no seio da tradição marxista, somente como um expoente do chamado “marxismo estruturalista” (Althusser) nas décadas de 1960-1970 que tem como contribuição, somente a negação das otimistas formulações de Gilberto Freyre e logo foi adaptado pela corrente que compreende o papel histórico dos escravizados. Assim, a proposição de Gorender, sucumbiu ao lado dos intérpretes althusserianos por supostamente negarem a ação dos sujeitos, recepção teórica que com o fim da ditadura militar, seria deixada de lado, mesmo que Gorender não fosse althusseriano<sup>1</sup>. Assim, emergem um conjunto de críticas a Gorender em relação ao seu debate com Ciro Cardoso e o fato da negociação ser algo secundário dentro da estrutura escravista. Havendo assim, dois pontos a serem elencados. O primeiro é a necessária compreensão, como Cardoso aponta, de que há uma relação de violência na brecha camponesa, como também de autonomia dos cativos, algo que não é deixado de lado nem por aqueles que propõem uma “nova história social da escravidão” (MACHADO, 1988). A este respeito, convém destacar que mesmo que tal grau de sujeição jurídica através da vontade privada fosse aparente nas negociações consuetudinárias, a violência física como castigo, como também a resposta legal depois da constituição de 1824 que açoitava os escravizados no lugar de detê-los<sup>2</sup>, revela que essa igualdade é, como estabeleceu Cardoso, uma brecha. Sendo assim, não é uma relação superestrutural típica do modo de produção, mas sim sua intersecção, de tal maneira que a autonomia não presume uma igualdade perante a lei. Do mesmo modo que Gorender argumentou que as diversas legislações são menos determinantes que as relações escravistas<sup>3</sup>. E, já para Décio Saes (1985) elas configuram como o Estado de tipo

---

<sup>1</sup> Mesmo que considere a influência de Althusser na centralidade de pensar o modo de produção, o próprio autor demonstra críticas à concepção de Althusser, comparando a posição ao idealismo de Kant.

<sup>2</sup> Ver entrevista do historiador Luiz Felipe Alencastro na BBC, disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>>.

<sup>3</sup> Ver caso da criança Alexandrina, que ingênua (condição jurídica daqueles que nasceram depois da Lei do Ventre Livre) foi assassinada pelos proprietários e com a mãe indo contra seus senhores ao tribunal, acabou por “perder” na

escravista não consegue se inserir completamente, isto se dá em dado momento da luta de classes no interior do modo de produção escravista colonial junto a pressão da Inglaterra capitalista que forçaria a Coroa a através de diferentes movimentos legislativos a salvaguardar a escravidão de seu fim.

Portanto, a partir de um estudo da superestrutura jurídico-política pode-se afirmar que o *direito escravista* não se integra a ponto de se universalizar na formação social pré-capitalista no Brasil. Portanto, a economia própria de escravizados é existente, como demonstram os múltiplos trabalhos inspirados em Ciro Cardoso<sup>4</sup>. De modo que há uma coexistência de diferentes formas de subjetividade no escravismo colonial, mas longe de desqualificar a proposta de uma subsunção escravista, afirma-se na defesa de Décio Saes (1985) aos posicionamentos de Gorender, de que não há uma estrutura escravista plena devido a luta de classes, como também pode-se inferir que um modo de produção específico e universal é um anacronismo, pois essa é uma característica do capitalismo, não de determinações dos outros modos de produção. Assim, há uma relação dúbia a despeito da subjetividade jurídica dos cativos que demonstra a incapacidade destas serem jurídicas e o papel ideológico que possuem, como afirma Décio Saes em *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*:

A impossibilidade de o direito das formações sociais escravistas coisificar integralmente o trabalhador escravo, bem como a necessidade de tal direito personificar parcialmente este último, evidenciam o seu *caráter contraditório*, já assinalado por autores como Pasukanis, Perdigão e Gorender. O direito civil afirma que o escravo é objeto de propriedade (coisa), mas reconhece-lhe a possibilidade de ser proprietário (possuir peculium); o direito comercial define o escravo como objeto de troca, mas reconhece a sua capacidade, em certas ocasiões, de realizar atos de troca; o direito penal considera o escravo como objeto de delito em caso de ofensa física (reconhecimento de sua personalidade); mas simultaneamente determina a indenização seja paga, não a ele, mas ao seu proprietário (reconhecimento da propriedade). (SAES, Décio. 1985. p. 106).

O segundo, é que essa crítica a Gorender é um reducionismo do conceito de modo de produção, que Cardoso também aponta, logo, se é possível considerar essa crítica, ela está feita por aquele que defende o escravismo colonial como modo de produção. Para além, quando Boito Jr. (2016) elabora seu parecer sobre a recepção de Althusser por parte de Gorender, em um rumo diferente de Cardoso, afirma que a recepção está regida somente ao debate econômico e que assim o modo de produção e a formação capitalista teriam em Décio Saes sua conceituação mais elaborada. Portanto, ser justo com Gorender não é a ausência de crítica, mas o reconhecimento da importância da sistematização do modo de produção escravista colonial.

---

justiça. Para mais detalhes deste episódio, Cf. SOUZA, J. C.; OLIVEIRA, R.; DANTAS, S. Cenas de uma vida ingênua: escravidão e infância em Uberaba (1871-1888). Revista de História da UEG, v. 1, n. 1, p. 87-102, 11.

<sup>4</sup> Ver GOMES, Alessandra C. Em busca de liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1925-1888. 2008, Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

Se há um entendimento dogmático ou muito voltado para o econômico, como crítica, há então a necessidade de se aprimorar o conceito, não o de desclassificar, reduzir ou tratar que ele é incompatível com qualquer noção de ação humana. Ora, o afastamento de Cardoso e Gorender, através dos diversos teóricos posteriores, é o afastamento de Cardoso de seus pilares teóricos e proposições, da mesma forma que é a redução da importância da descoberta de Gorender.

Décio Saes, ao investigar *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, expõe as reflexões dos autores aqui trabalhados sobre a diferença do escravismo antigo e moderno e assim, elabora uma crítica a ambos a despeito de como eles compreendem modo de produção, se referindo ao que precede o capitalismo como escravismo moderno, mas não abandona o debate de modo de produção, pelo contrário, contribui. Como também destaca Saes no livro ao justificar que:

É sabido que, sem o estudo avançado e sistemático do processo geral pelo qual se estabelece a dominância de um modo de produção sobre outro(s), não se poderá desenvolver uma teoria da formação social. (...) Essa solução, de resto, já está indicada nas obras já citadas de Gorender e de Ciro F. S. Cardoso, bem como no trabalho de Fernando Novais. (SAES, Décio. 1985. p. 74).

Assim, com os elementos postos, cabe ir a outros debates sobre Gorender, como o de Ferrari e Fonseca (2011), que visam debater o pioneirismo de Caio Prado Jr. e as reflexões sobre o escravismo colonial. Assim, pontuam como o autor está correto ao afirmar que as relações constituídas são de natureza não capitalista, devido à relação jurídica que se submetiam os escravizados. Mas, concluem em proximidade maior com a tese de “sentido da colonização” ao afirmarem que as leis que Gorender propõe possuem fragilidades e inconstâncias em relação ao desenvolvimento brasileiro para a formação capitalista. Dado que eventos como a abolição não parece fruto das contradições das relações de produção no escravismo e ao recorrer a formação social para propor as leis tendenciais, demonstraria uma suposta ausência de modo de produção específico. E assim, o “sentido da colonização” como inserção do Brasil a uma dinâmica internacional seria capaz de explicar a supressão do escravismo pelo capitalismo, defendendo assim a tese pradiana sobre a de Gorender.

Entretanto, a problemática cai na mesma anterior e ainda não justifica a necessidade de deixar de lado o debate sobre um modo de produção próprio para as Américas. Para além deste ponto já elaborado, cabe destacar que os autores afirmam não haver um determinismo na tese pradiana e depois argumentam que a ideia de “sentido da colonização” demonstra superioridade, pois ela afirma a supressão e universalização do modo de produção capitalista, o que implica uma finalidade (telos) dada.

Para lidar com esse arcabouço de debate, é fundamental a compreensão de que Gorender não propõe a supressão do modo de produção escravista pelo capitalista, na medida em que aponta

condições necessárias para a caracterização do modo de produção capitalista. Assim, quando o autor apresenta os eventos de 1822 que seriam a ruína do escravismo para o capitalismo – pela troca do monopólio português pelo inglês, que seria industrial e assim estaria universalizando as condições capitalistas – ele argumenta que é errôneo aludir ao eventos da independência ou abertura dos portos (1808) a formação capitalista<sup>5</sup>, dado que o capital antecede o capitalismo em formações pré-capitalistas, tendo o modo de produção somente consolidado a partir da subsunção real do trabalho ao capital. Pois para o autor é somente a partir da independência que o modo de produção escravista atinge seu ápice de florescimento a partir do maior fluxo de escravizados e aumento do sobreproduto, sendo uma manifestação de acumulação originária no Brasil. Assim, afirma contra o imperativo do capital mercantil como justificativa da inserção capitalista a partir de um argumento que demonstra a tendência de universalização, mas não reduz o conceito de capitalismo para encaixar em dados modelos teóricos:

Na sua evolução, no seu desenvolvimento, o capitalismo se relaciona com outros modos de produção, se relaciona para espoliar-los. Isso se deu na esfera do que se chama de colonialismo; isso se dá dentro de uma mesma formação social como é o caso da formação social do Brasil, mas isso não tira a identidade substantiva de cada um dos modos de produção; seja o dominante, que é o capitalismo, seja os modos de produção dominados, como é o caso, por exemplo, da pequena produção mercantil, que não é produção capitalista de modo algum. Há uma dinâmica neste relacionamento que é a própria historicidade. (GORENDER, Jacob. 1981. p. 4).

Por conseguinte, esse não reducionismo teórico implica em abarcar um debate mais complexo e amplo que não reduz o Brasil a um fluxo de capital que aos poucos foi se mostrando capitalista, mas sim um longo processo sem uma pretensão histórica clara de fazer do escravismo colonial, capitalista. Assim, o capitalismo necessita em Gorender<sup>6</sup> de: uma acumulação originária (acumulação primitiva), libertação da mão-de-obra de vínculos jurídicos e patrimoniais e determinado nível de forças produtivas. Assim, contrapõe-se abertamente as explicações teleológicas, inclusive a de mobilizações de um modo de produção escravista colonial que seria peça acessória da acumulação do capitalismo europeu, pode-se observar a relação entre a gênese do capitalismo e acumulação em *A burguesia brasileira* ao afirmar que:

---

<sup>5</sup> O que não ocorreria no caso da América espanhola, pois a partir de 1810 a escravidão era uma força secundária na produção em *haciendas* de mercadorias agrícolas e com os eventos da independência as modificações na esfera da produção, com o trabalho assalariado, ou o usufruto da terra, faz com que a escravidão seja mais uma condição residual do que um modo de produção dominante. Diferente do Brasil, como o autor referendado nesta nota aponta, por serem economias dependentes das *plantations* (que Gorender caracteriza como um modo de produção pós-abolição). Ver em: BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial: 1776-1848. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>6</sup> Destaca-se que este é um posicionamento de Gorender, pois Décio Saes irá argumentar que o capitalismo como modo de produção necessita de uma revolução política burguesa, no sentido de que a revolução burguesa antecede a política, mas só esta é capaz de modificar a condição jurídico-política antes da transformação da dominância de relações de produção escravistas, desenvolvendo os condicionantes necessários, mas não suficientes do modo de produção capitalista. (Saes, D. 1985. p. 183)

A constituição do modo de produção capitalista, qualquer que seja a via pela qual se processe, tem sempre uma fase precedente – a da acumulação originária (também chamada primitiva) do capital. Ou seja, trata-se de uma acumulação realizada por meio de mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, não se baseando, portanto, na produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho assalariado livre. Ao atingir certo nível e num quadro social já transformado, a acumulação originária do capital culmina na constituição do modo de produção capitalista. (GORENDER, Jacob. 1981. p. 7).

Destarte, é no florescimento da acumulação originária do modo de produção que há a possibilidade de intersecção pelo avanço das forças produtivas e formação de indústrias capitalistas. Entretanto, não é o fator das forças produtivas que exerce a primazia, pois as atividades predominantes de “plantagem” exportadora e economia cafeeira demonstram que fez com que o capitalismo nascente fosse um modo de produção subordinado nas relações de produção do Brasil. Assim, o autor retoma a ideia de que no Brasil escravista coexistiram dois modos de produção: escravista colonial e o de pequenos cultivadores não-escravista e assim propõe que na coexistência de ambos, com o fim da escravidão, a classe dominante investiria, primeiramente, na renda da terra e, secundariamente, no lucro capitalista (de modo oposto ao trabalho agrícola capitalista).

Isto ocorre, porque a burguesia mercantil existiu em modos de produção pré-capitalistas. O que implica que é necessário uma burguesia industrial para organizar o impulsionamento das forças produtivas, o que ocorreu no escravismo a partir das fábricas de têxteis em 1866. Desse modo, com o declínio do escravismo, esses elementos irão se direcionar para a burguesia industrial emergente. Sua necessidade é sustentada sobre as diferenças manifestações da extração de mais-valia expostas por Marx, como refere-se Gorender em *A burguesia brasileira*:

O engrossamento da burguesia mercantil, com o seu desdobramento em comerciantes e banqueiros, não caracterizava a existência do capitalismo, nem era incompatível com a sobrevivência prolongada do escravismo colonial no Brasil. A burguesia mercantil prospera nas formações econômicas anteriores ao capitalismo, enquanto agente organizador do modo de produção capitalista é somente a burguesia industrial. Esta pode engendrar-se, em grande parte, na própria burguesia mercantil, como sucedeu o Brasil e outros países, na medida em que certo número de comerciantes investe na indústria e organiza a produção de artigos, que antes se limitava a comprar e vender. Mas o capital industrial, como diz Marx, é a única forma do capital cuja função não consiste apenas na apropriação de mais-valia, pois também é promotor de sua criação. Somente ele, por conseguinte, modela a forma capitalista de produção, aquela em que o sobretrabalho e a extração de sobreproduto se fazem com operários assalariados livres (e não com escravos ou servos) como agentes diretos do processo de criação do valor. (GORENDER, Jacob. 1981. p. 11).

Voltando a Gorender, este propõe que essa supressão do escravismo colonial sem dada capacidade de fazer a chamada acumulação primitiva, resulta em um modo de produção plantacionista latifundiário, este que perdura durante a República Velha. Assim, não cabe explicar o Brasil através de uma subsunção formal do trabalho ao Capital – como fazem os autores do artigo – sem outros elementos estabelecidos para a formação capitalista, sem que se sustente uma teleologia da história. Outra crítica elencada é a de que a abolição foi um processo da formação capitalista vigente da

atribuição teleológica do capitalismo como sucessor do escravismo, ou na ausência do modo de produção específico, a consolidação da formação capitalista sobre o vazio ou indefinido. Porém, o que eles trazem como ausência de explicação, é posto em *A burguesia brasileira*, quando Gorender afirma: “(...) a Abolição foi a única revolução social<sup>7</sup> jamais ocorrida na História de nosso país.” (GORENDER. p. 1981. 21), o que significa que o autor não coisifica a luta cativa aos elementos de interesse do Capital, como faz a escola “sentido da colonização”, supondo o trabalho escravo como capital constante.

De maneira semelhante, não se justifica a argumentação de acumulação por meio daquilo que é abstrato como sinônimo de capitalismo, dado que a exploração do trabalho excedente, do mais-trabalho, não é uma exclusividade capitalista, mas é um elemento que perdura diferentes formações econômicas perante a luta de classes, assim parece haver na defesa de uma aproximação com o Capital de Marx, uma confusão conceitual por parte dos autores. Assim, retoma-se a defesa de Cardoso sobre o modo de produção, pois o mesmo aponta em Marx relações não capitalistas para o desenvolvimento capitalista no livro *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*:

(...) Marx fala, por exemplo, dos modos de produção “pequeno camponês” e “pequeno burguês”, referindo-se ao que, em conjunto, se conhece mais correntemente como pequena produção mercantil. Nossas considerações a respeito visavam a, em outro momento, apoiar a possibilidade de usar o conceito num registro ainda mais distinto: aplicando-o a sociedades caracterizadas por modos de produção não somente secundários, quando vistos no conjunto do mundo ocidental em formação, mas ainda marcados pela dependência, os quais, entretanto, puderam ser dominantes nas formações econômico-sociais coloniais. (CARDOSO, Ciro. 1987. p.39).

Portanto, a atualidade de Gorender se apresenta por dois motivos, pois, diferentemente, de Cardoso, que sobrevive pela utilização do conceito que é levado ao debate brasileiro por ele, Gorender sobrevive da constante tentativa da negação de sua proposta, ou pela ausência, que paira como se não houvessem contribuições do autor. Logo, a atualidade de Gorender se apresenta no fato de que, desde o *Escravidismo Colonial* – dada a novidade do debate historiográfico, combate as interpretações weberianas e de um marxismo teleológico.

Gorender respondeu a seus críticos, deu entrevistas e elaborou novas hipóteses mais ou menos acabadas. Algumas que foram, no momento em diante, debatidas com justeza a grandiosidade das proposições, outros inspirados, compreendendo uma inovação no pensamento marxista brasileiro. E assim, após inúmeros balanços, pergunta-se se, de fato, existiu um modo de produção escravista no

---

<sup>7</sup> Consultar o trabalho de MACHADO, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Campinas, Sp: Editora UFRJ/EDUSP, 1994. Autora que procura propor como a economia autônoma escrava e os movimentos sociais foram parte de uma luta de classes que pressionou e foi imprescindível para a formação social brasileira, tecendo até, críticas ao Gorender no que tange a participação que ele dá a essa luta de classes na formação brasileira. Críticas que o presente trabalho está de acordo e afirma que no posicionamento de Décio Saes tal questão foi articulada com o modo de produção escravista.

Brasil? Estas teses são verdadeiras? Elas poderiam muito bem ser, já que desde o germe da escrita foram ignoradas e distorcidas, mas nunca refutadas. Necessitando de um afastamento do autor com outros, para que aqueles que (como Ciro Cardoso) defendem a ideia de um modo de produção, fossem, pelas especificidades e definições do escravismo colonial, os críticos necessários e suficientes para a supressão da crítica ao criticado. Contudo, a volta de Saes e a constante necessidade de crítica e renovação da crítica, como também a defesa do autor, demonstram que esse ainda é um debate em aberto.

Por conseguinte, demonstra-se a atualidade de Gorender em debates como a monografia de Carlos Fernandes de Quadros, que traz a ideia de modo de produção como algo ultrapassado, mais, especificamente, elabora uma confusão entre a história em Althusser e Gorender e afirma um mecanicismo como reabilitação do stalinismo:

Em tal ponto é inevitável pensarmos na relação com a chamada tensão entre sujeito e estrutura, debate privilegiado nas ciências humanas e que especialmente a partir do trabalho dos historiadores marxistas britânicos é recolocado na agenda dos historiadores, dentre os quais os referidos investigadores da Unicamp, depois de uma longa tradição de um marxismo ortodoxo ligado ao Stalinismo e de uma versão “reabilitadora” teoricista ligada ao pensamento de Althusser, nas quais os sujeitos eram simples produtos das estruturas ou do modo de produção. (QUADROS, C. F. 2011. p. 55).

Stalinismo, Althusser, teoricismo e mecanicismo não são justificados, somente expostos como significantes vazios que explicariam a citação seguinte de Gorender que ele faz a qual os homens não possuiriam história apartada do modo de produção. Aqui, percebe-se um não entendimento dos significantes elencados, como também do que é modo de produção, que precisará ser definido para que se estabeleça a continuidade do debate. A respeito de Althusser, já foi comentado a relação dos althusserianos com sua obra, como também já foi posto a crítica que Décio Saes, brilhante intelectual althusseriano, tem sobre o modo de produção em Gorender; sobre as relações entre Stalin, Althusser e o mecanicismo, percebe-se a reprodução não citada de críticas que a tradição marxista pós-ditadura fez a Althusser<sup>8</sup>, logo é indicado a leitura maior para evitar distorções<sup>9</sup>.

Assim, se faz necessária a categorização de modo de produção, objeto fundamental de Gorender e da sua inserção no seio da tradição marxista, distanciando-se da teleologia stalinista, de modo que concebe sua importância argumentada em *Modo de Produção e História* :

Inspiradas no esboço genial das Formen, as investigações marxistas mais recentes vêm explorando a multilinearidade da evolução histórica, de acordo com a concepção genuína de Marx e Engels. O modo de produção asiático, discricionariamente abolido por Stálin,

---

<sup>8</sup> Recomenda-se a leitura do texto de Eginardo Pires sobre as críticas de Fernando Henrique Cardoso e um suposto mecanicismo e funcionalismo na obra de Althusser, disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2020/06/05/ideologia-e-estado-em-althusser-uma-resposta/>>

<sup>9</sup> Ver entrevista de Althusser sobre a hegemonia stalinista, disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2021/10/19/entrevista-com-louis-althusser-ditadura-do-proletariado-e-stalinismo-nao-sao-de-modo-algum-sinonimos/>>

recuperou o estatuto de categoria marxista. E, ao invés da teleologia, do finalismo ideológico, o reconhecimento do progresso histórico decorre de um critério objetivo: o da imanência da dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas — em primeiro lugar, os próprios homens — e a revolução das relações de produção. Qualquer que seja a respeito o julgamento de valor, as direções da história humana, em suas variadas formas, consubstanciam o progresso das forças produtivas, em última análise, a elevação da produtividade social do trabalho e o crescente domínio do homem sobre a natureza. (GORENDER, Jacob. In: Modo de Produção e História).

Em Gorender a análise econômica tem que compreender como a subsunção formal do trabalho ao capital foi um fenômeno das forças produtivas e do desenvolvimento industrial, de modo que o desenvolvimento das forças produtivas impulsionou uma mudança nas relações sociais. Mas foi a subsunção real do trabalho ao capital que fez com que o capitalismo se estabelecesse. Assim como o advento de determinadas forças produtivas, foram as relações sociais que estabeleceram a mudança e a determinação do modo de produção.<sup>10</sup> Desse modo, portanto, Gorender procura compreender a relação dialética entre os dois atributos como pilar fundamental.

### **Modo de produção, entre a tragédia e a farsa da crítica**

Por conseguinte, se faz necessário compreender, para as discussões aqui trazidas, os elementos cuja presença constam nos pilares da crítica da economia política em Marx, pois para uma rápida caracterização de modo de produção, não podemos deixar de compreender as forças produtivas, dada a já indicada relação dialética com as relações sociais e a primazia desta. Portanto, para a curta conceitualização, tratar-se-á aqui como a forma como os seres humanos organizam suas relações de subsistência e, dessa forma, produzem indiretamente a determinação da vida material, exprimindo assim um modo de viver. Apresentar-se-á a resposta de Althusser a pergunta em *Iniciação à filosofia para os não-filósofos* (2020):

O que é um *modo de produção*? Uma certa maneira de produzir, isto é, de extrair da natureza os produtos necessários para a subsistência dos homens de uma formação social. Essa relação com a natureza, que é uma relação material e técnica, põe em jogo relações sociais determinadas para cada modo de produção, não só formas de cooperação no processo de trabalho, formas de divisão e organização do trabalho, mas, acima de tudo, *relações de posse ou de não posse que grupos sociais, definidos por essas relações, mantêm com os meios materiais de produção*. Portanto, é a união das forças produtivas (meios de produção + força de trabalho) e das relações de produção, sob estas, que define um modo de produção. (ALTHUSSER, Louis. 2020. p. 177)

---

<sup>10</sup> Destaca-se a relação conflituosa de leitura sobre os dois elementos que existe entre Jacob Gorender e Décio Saes, de modo que, para Gorender a visão althusseriana tangencia as forças produtivas que são um elemento fundamental e assim negariam a dialética entre os elementos; já a tradição althusseriana busca a primazia das relações sociais, não pela não importância das forças produtivas, mas sim pois são elas que transformam o modo de produção. Contudo, há uma análise sobre as questões jurídicas e estatais em Gorender que possibilita o diálogo entre as perspectivas.

Assim, não é uma categoria meramente econômica, de tal maneira que permite, como foi apontado, debates sobre as relações de subjetivação jurídica, organização do Estado, instrumentos ideológicos, dentre outros fatores. Logo, percebe-se que no caso do modo de produção capitalista, a sociedade se apresenta como *uma grande coleção de mercadorias*, com a reflexão do que é a mercadoria. Compreende-se que ela é uma relação social que necessita de aspectos como o trabalho abstrato, o dinheiro, o valor, o salário e no processo de troca, até formas não definidas e assim, essa grande metamorfose nos circuitos de troca acabam por explicar um conjunto de relações sociais que são abstrações, mas não abstrações ideais e sim reais, com consequências materiais.

Para além, o que faz com os homens se submetam ao trabalho abstrato não está só no salário, mas nas ilusões jurídicas, como aponta Marx, que estão nele, mas além, a noção de igualdade, liberdade, nacionalidade. Assim sendo, todos esses elementos são imprescindíveis. Portanto, o fato da sociedade se organizar de modo que pareça essa coleção de mercadorias revela a forma mercadoria como o átomo irreduzível da sociedade capitalista. Sendo assim, fora dos aspectos da produção, o direito como aparelho jurídico (ideológico), seria fundamental para compor o quadro da economia política, devido ao fato dele articular a superestrutura em contato com a base, quando garante os trabalhadores dentro do processo produtivo.<sup>11</sup>

Outros caminhos históricos, como o positivismo e o historicismo, ao analisar a sociedade, mesmo que reconheçam que nela há conflitos, acabam por tratar elementos como a mercadoria como algo inerentemente natural ou como coisa. Essa categorização da sociedade levou a caminhos que procuravam na política e nos grandes personagens, o elemento central, ou uma pretensa evolução histórica que não compreendia as crenças anteriores à sociedade industrial, mas sim procurava sua superação para outro estágio. A compreensão do modo de produção como categoria, não somente traz o elemento da economia política para a centralidade do debate, como na ausência de um fim específico para a história. Assim somente o modo de produção é capaz de exprimir a compreensão da sociedade em seus pilares organizativos e conseguir lidar com a complexidade do Real e da expressão da luta de classes na sobredeterminação (superestrutura).

Ao romper com a leitura historicista que procura compreender o capitalismo como um imperativo e não como parte de um processo de formação econômica, abriu espaços para a caracterização de uma sociedade que poderia ser entendida a partir de suas dinâmicas de organização. Logo, as análises que não compreendem o modo de produção como centralidade teórica, incorrem em um erro de leitura sobre o escravismo moderno e o capitalismo. Assim, os estudos culturalistas que baseados em Thompson procuram compreender o papel dos escravizados e de sua resistência, como proletário móvel de cada tempo, não tem sua importância negada, mas não podem constituir pilar de

---

<sup>11</sup> Por isso acentua-se a importância da definição do Sujeito que está no centro desse modo de produção. De tal modo que Gorender e Décio Saes trazem mais importância a essa questão, enquanto que Ciro F. S. Cardoso está pensando qual a submissão que está sobre aquele que é o subalterno no processo de produção.

compreensão que anule o exercício de desvendamento das determinações do modo de produção. Ao recusar a necessidade de renovar as categorias, por serem móveis, tais estudos acabam por recusar o papel científico necessário ao conjunto das ciências. Como bem pontua Perry Anderson em *Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson*:

Aqui, no entanto, Thompson se equivoca. Sua argumentação, com efeito, leva a reivindicação por uma legítima frouxidão das noções, que seria o privilégio peculiar do historiador. Mas a natureza do processo histórico não emite tal permissão especial. O fato de que seu objeto se modifica continuamente não isenta a disciplina da história da obrigação de formular conceitos claros e exatos para sua compreensão mais do que isentaria a meteorologia – uma ciência física cujos dados notoriamente se modificam bem mais rápida e mercurialmente que aqueles da própria história. Se o clima se mantém, em grande medida, imprevisível (e incontrolável), o meteorologista não se resigna a afirmação de aproximação inerente a seu estudo: ele busca recuar os limites do nosso conhecimento por meio de mais investigações científicas, que envolverão não menos, mas, sim, mais conceituação, de uma gama mais ampla de evidências. Assim é em qualquer outra ciência. A história não é exceção. Brecht certa vez observou que, se o comportamento humano parece imprevisível, não é porque não existem determinações, mas porque há muitas. (ANDERSON, Perry. 2018. p.21-22).

Estabelecida a importância teórica do debate jurídico, organizativo, histórico para a economia política e a centralidade do modo de produção como contribuição teórica para o entendimento histórico, se faz necessário apontar que a atualidade de Gorender sobrevive em alguns que reconhecem a importância de sua descoberta. Destaca-se Mauro Maestri e Bruno Picoli, que tentaram demonstrar, para além do contexto do debate em que Gorender estava inserido, com a ideia de um modo de produção feudal no Brasil e a naturalização da escravidão por Gilberto Freyre, a partir de toda a inovação metodológica que o autor propõe. O primeiro que, inclusive, articulou parte dos conceitos em sua tese sobre o escravismo no Rio Grande do Sul, contribuindo com um grande acervo documental, como também escreveu um livro que se propõe a apresentar o debate sobre o escravismo colonial, no qual articulou Gorender como referência.

Refere-se ao debate da própria corrente do “sentido da colonização” que, em Fernando A. Novais, assume – para a superação dos equívocos anteriores – a primazia (determinação) do modo de produção sobre a formação social, assim destaca-se *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*:

Mais ainda, toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que servem de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial. E de fato, não só a concentração dos fatores produtivos no fabrico das mercadorias-chave, nem apenas o volume e o ritmo em que eram produzidas, mas também o próprio *modo* de sua *produção* definem-se nos mecanismos do sistema colonial. E aqui tocamos no ponto nevrálgico; a colonização, segundo a análise que estamos tentando, organizava-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia, ou noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. (Grifos do autor) (NOVAIS, Fernando Antonio. 2018. p. 77-78).

Não estabelecendo o debate próprio das conclusões tomadas, a defesa de Novais<sup>12</sup> é: a articulação do “sentido da colonização” através da correlação do capitalismo português em surgimento com acumulação primitiva. De tal maneira, que as conclusões que se seguem são correspondentes à afirmação, que segundo Fernando A. Novais (2018. p. 98): “*Examinadas internamente*, entretanto, na sua estrutura, as economias coloniais configuram um modo de produção escravista-mercantil(...)”. Somente a partir da compreensão que mais que uma formação social, o *escravismo colonial* imprimia um conjunto de relações de dado tempo e formação do modo de produção capitalista que Novais chega às conclusões inovadoras de que o *tráfico negreiro* o era, pois não povoar e sim, um elemento inverso aos pilares do trabalho assalariado naquilo que tange ao “capital adiantado”. De modo que a mercadoria-escravo, assim o sendo, era um setor rentável, ou nas palavras de Novais (2018. p. 79): “A *escravidão* foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo; o *tráfico negreiro*, que a alimentou, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial.” Não somente do trabalho compulsório, mas da organização do “sentido da colonização” nas relações sociais, ora, impugnado mais uma vez o texto transcrito ao debate:

Mas na “preferência” pelo africano revela-se, cremos mais uma vez a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repetimo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a primitiva acumulação capitalista na metrópole: ora, o *tráfico negreiro*, isto é, o abastecimento das colônias em escravos, abria um novo e importante *setor do comércio colonial*, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. (NOVAIS, Fernando Antonio. 2018. p. 89).

Clara a exposição, prossegue-se. Destaca-se, portanto, Silvio Almeida, que ao escrever sobre o debate que tem se popularizado no Brasil do *Racismo Estrutural*, expõe no debate sobre racismo e economia um tópico sobre a suposta herança da escravidão que “permaneceriam presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos” (ALMEIDA, S. 2021. p. 183) e contrapõe com a afirmação de que o racismo existe para outra corrente como resultado da racionalidade moderna. Quando Almeida traz esse contraponto, está em um primeiro momento opondo-se a compreensões liberais de enxergar o capitalismo como a modernização e o escravismo como o arcaico, sendo o problema do Brasil a falta do primeiro. Todavia, o entendimento que leva a pergunta que articula o racismo à economia política, o faz a partir do modo de produção capitalista (que coloca nas citações, mas não o trabalha diretamente em nenhuma menção no corpo do texto e aqui procura-se identificar nessa reflexão a presença oculta de Gorender no texto), ou seja, a partir das relações sociais e da necessidade de sua constituição, como aponta:

---

<sup>12</sup> Mantendo aqui todas as críticas feitas a teleologia do “sentido da colonização”, como também a carência de um estudo próprio da economia brasileira que a trate como acessório, ou nas palavras do Novais (2018, p. 64): “ancilares”

O racismo, de acordo com esta posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia. (ALMEIDA, S. 2021. p. 184).

Por fim, destaca-se a dissertação de mestrado em direito político e econômico de Jonathan Erkert (2018), *Modo de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica* (citada por Silvio Almeida na primeira nota de rodapé do subtítulo exposto), que se aprofunda na crítica da *Teoria geral do direito e marxismo* (2017). E assim, busca o questionamento de que se as relações da brecha camponesa poderiam configurar a existência do direito no Brasil pré-capitalista. Logo, conclui, com o uso de Gorender, que a relação de trabalho era de outro vínculo, não o capitalista ou feudal. Sendo aqui, não uma defesa aberta ao autor, mas o uso de sua teoria para debates atuais e posteriores.

## **Conclusão**

Assim, é notável que há um debate em aberto a saber, quais são as instâncias de determinação do modo de produção escravista colonial? Esse é o caminho que comprova a atualidade de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. Ser justo com a crítica e a ponderação a ambos, não é negar suas divergências, mas apontar que ambos tinham um entendimento complexo e sofisticado a respeito da formação econômica brasileira.

O primeiro, Ciro F. S. Cardoso, certamente compreendia uma formação capitalista mundial que, no Brasil, não sucede o feudalismo, mas um modo de produção que é economicamente dependente da formação capitalista mundial. Mas, reconhece um conjunto de interações próprias no Brasil, que justificariam esse caráter, para além de argumentos que possuísem angústia e um eurocentrismo, de ver o Brasil como aquele que não teve uma modernização capitalista, pois não quis. Outro pilar central da análise de Cardoso, que muito está em sua atualidade e citações no debate, é a concepção de uma brecha camponesa, que demonstrasse a subordinação de uma relação servil a uma de escravidão no seio da manutenção e reprodução das opressões escravistas, ao passo que também seria uma forma de luta e resistências destes subalternos, na medida em que abre espaços de negociação e sobrevivência por parte dos homens e mulheres livres pobres, muitos destes, egressos da escravidão, como alforriados e libertos.

Por conseguinte, Gorender, que teve sua importância reconhecida somente como aquele que, pioneiramente, criticou Freyre, tem sua contribuição renegada a um debate que o autor nunca reduziu a importância, que é a ação do escravizado na constituição da formação brasileira. Para

além, Gorender sistematizou a partir de uma refinada definição do que é o capitalismo, um debate único sobre a formação econômica brasileira que apresentou um sistematizado modo de produção que é o escravismo colonial, o paralelo ao escravismo dos pequenos cultivadores não-escravistas e o modo de produção plantacionista latifundiário.

Assim, muitos autores sucederam ao debate, entretanto, eles em suas contribuições acabaram por fugir a uma definição do que seria o modo de produção. Como muitas vezes trataram a questão de Gorender ao apontar a acumulação originária, como algo estritamente de um debate sobre o mercado interno ou sua constituição no Brasil. Evidente que o debate sobre um modo de produção exprime o reconhecimento de uma dinâmica própria. Todavia, é uma redução da grandeza teórica das sistematizações do Gorender, tal crítica.

Portanto, pontua-se Décio Saes, que articula os autores da mesma forma que eles debateram entre si. A partir do que seria o modo de produção e sendo fortemente influenciado por Poulantzas, Saes, Gorender e Ciro F. S. Cardoso estão em posições opostas sobre o que é o modo de produção. No entanto, todas as críticas do autor são feitas com outras referências para a mesma contribuição. Assim, ser justo com os autores não significa concordar que o modo de produção é um conjunto de leis ou que nele pouco se constituíram ações de brecha camponesa. Cardoso não concordaria com isso. Da mesma maneira que não significa abandonar uma sistematização mais complexa, que compreende uma dominância de uma relação sobre outra como excludente de formulação lógica. Gorender está apto aqui na sua crítica a Cardoso. Por fim, também não significa abandonar o debate superestrutural sobre o Estado e as relações jurídicas e colocá-lo somente como um elemento do debate econômico, pois sendo economia política, engloba mais. Assim, Saes caminha nas contribuições de modo justo aos dois a partir de sua perspectiva.

Logo, para além da desonesta articulação dos autores a fim de defender modelos teóricos ultrapassados metodologicamente dado o contraditório e volumoso acervo documental sobre o período, o modo de produção sobrevive como debate necessário na medida em que se reconhece, em grande parte de seus críticos que aquelas relações não eram capitalistas. Esta é a atualidade dos dois, como do conceito. Assim sendo, cabe formular a partir do levantamento maior de fontes para que se formule as formas sociais, a caracterização da ideologia e aparelhos ideológicos no Brasil Colonial. Neste sentido, podemos afirmar que Jacob Gorender e Ciro Cardoso foram fundamentais para pavimentar esse caminho.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. **Iniciação à filosofia para os não-filósofos**. São Paulo: Martin Fontes, 2020.
- ALTHUSSER, Louis. **Entrevista com Louis Althusser: “Ditadura do proletariado e stalinismo não são, de modo algum, sinônimos”**. Via, El País, traduzido por Thales Fonseca. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2021/10/19/entrevista-com-louis-althusser-ditadura-do-proletariado-e-stalinismo-nao-sao-de-modo-algum-sinonimos/>>. Acesso em: 01/01/2022.
- ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson**. Campinas, Sp: Editora Unicamp, 2018.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BOITO Jr., Armando. **Indicações para o estudo do marxismo de Althusser**. In: PINHEIRO, Jair. *Ler Althusser*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 151-183.
- BORGES, Eduardo Jose Santos; DOS SANTOS, Augusto Fagundes da Silva. Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial. **Cadernos de História**, v. 19, n. 30, p. 142-168, 2018.
- CARDOSO, Ciro F. **Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FERRARI, Andrés; FONSECA, Pedro C. Dutra. **A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-196, jun. 2011
- FERNÁNDEZ MOLINA, J. **Homenaje tardío al maestro Ciro F. Santana Cardoso**. *Revista de Historia*, n. 68, p. 23-26, 7 nov. 2013.
- FONTELLA, Leandro G. e FARINATTI, Luís A. E. **Acomodação, negação e adaptação: debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil)**. *Revista eletrônica Disciplinarum Scientia: ciências humanas*, v. 9, n. 1 (2008).
- FRAGOSO, J; ALMEIDA, C. M. de; FARINATTI, L; A. **Para Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013): uma homenagem de pesquisadores da América lusa escravista**. 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Sr1hXHIyTB2MeVEJGpt4I4EbaWMzzBmz/view>>. Acesso em: 31/12/2021.
- FRAGOSO, Florentino; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRIZZO, F. (2017). **Ciro Cardoso e a Economia Pré-Capitalista: traços de um intelectual sistematicamente polêmico**. *Sociedades Precapitalistas*, 6(2), e015. <https://doi.org/10.24215/22505121e015>

FRIZZO, Fábio; BOSTAS, Mário. **Em memória de Ciro Flamarion de Santana Cardoso (1942-2013) - um historiador do presente**. Miolo\_Rev\_Critica\_Marxista-38\_(GRAFICA).indd. 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Edz-893Tp2DbAancXM6Wd6Yjc0hyciHm/view>>. Acesso em: 31/12/2021.

FONTANA, J. **A história dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.

FONTES, Virgínia. **CFC: professor e historiador marxista**. c2013. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/05/Ciro-F-Cardoso-V-Fontes.pdf>>. Acesso em: 31/12/2021.

GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecília M. C. B. **Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da brecha camponesa**. Revista Tempo Amazônico | V. 1 | N. 1 | janeiro-junho de 2013 | p. 5-16.

GOMES, Alessandra C. **Em busca de liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1925-1888**. 2008, Dissertação (mestrado) - Curso de História: História econômica, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122008-144226/pt-br.php>>. Acesso em: 13/01/2021

GORENDER, Jacob. **Modo de produção e história**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gorender/ano/mes/modo.htm>>: Acesso em: 03/02/2022.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/enev/docs/genese.pdf>>. Acesso em: 14/12/2021.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

KONRAD, Diorge Alceno. **História com H maiúsculo: viva CIRO FLAMARION CARDOSO!**. [s.d.]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/11Rjno6DYD38h5NOt8DtEWvtzxCNu6FOu/view>>. Acesso em: 31/12/2021.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de produção e a realidade brasileira**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

MACHADO, Maria Helena PT. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Campinas, Sp: Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

MAESTRI, Mauro. **Jacob Gorender**. In: SECCO, L. e PERICÁS, L. B (Org.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAESTRI, M. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo antigo**. Porto Alegre: Escola Superior de teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

MAESTRI, M. **O escravismo no Brasil**. São Paulo: Atual Editora LTDA, 1994.

MARX, Karl. **O capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Ela só serve para tomar chá**. Niterói: 2013. Disponível em: <[https://drive.google.com/open?id=13nokQwaNPuNvv\\_aCw9V-X\\_LHjzaHKRUu](https://drive.google.com/open?id=13nokQwaNPuNvv_aCw9V-X_LHjzaHKRUu)>. Acesso em: 31/12/2021.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora 34, 2019.

PICOLI, Bruno A. **Jacob Gorender, o escravismo colonial e um debate ainda atual**. c2013. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/O-Escravismo-colonial-B.-Picoli.pdf>>. Acesso em: 01/01/2022.

PIRES, Eginardo. **Ideologia e Estado em Althusser: Uma Resposta**. Encontros com a civilização brasileira, transcrito por Rômulo Cassi Soares de Melo, 2020. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2020/06/05/ideologia-e-estado-em-althusser-uma-resposta/>>. Acesso em: 01/01/2022.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

PRADO Jr., Caio. **Esboço dos fundamentos da Teoria Econômica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

QUADRO, Carlos Fernando de. **A polêmica como um espaço de embate teórico e político: o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara**. Porto Alegre: 2011. 75. p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOLÓRZANO FONSECA, J. **Los años cuando el Dr. Ciro Cardoso fue profesor de la Escuela de Historia y Geografía de la Universidad de Costa Rica: impacto en sus discípulos**. Revista de Historia, n. 68, p. 27-39, 20 nov. 2013.

SOUZA, J. C.; OLIVEIRA, R.; DANTAS, S. **Cenas de uma vida ingênua: escravidão e infância em Uberaba (1871-1888)**. Revista de História da UEG, v. 1, n. 1, p. 87-102, 11.

VON ERKERT. Jonathan. **Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica**. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.